



**FACULDADE DO MACIÇO DE BATURITÉ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

RANIERE LIMA DO NASCIMENTO

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

**BATURITÉ - CE
2023**

RANIERE LIMA DO NASCIMENTO

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade do Maciço de Baturité - FMB como requisito parcial a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Esp. Raênia Suele Araújo de Lima

RANIERE LIMA DO NASCIMENTO

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia da Faculdade do Maciço de Baturité - FMB como requisito parcial a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 11/02/2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Esp. Raênia Suele Araújo de Lima
Faculdade do Maciço de Baturité - FMB (Orientadora)



Profa. Esp. Natália Araújo de Souza
Faculdade do Maciço de Baturité - FMB (Examinadora)



Profa. Esp. Rúbia Raquel Dantas Roque
Faculdade do Maciço de Baturité - FMB (Examinadora)

Ficha catalográfica elaborada pelo autor por meio do
Sistema de Geração Automático da Faculdade Maciço do Baturité

NASCIMENTO, Raniere Lima do

A inclusão escolar do aluno com TEA na educação básica /
Raniere Lima do Nascimento . – : Faculdade do Maciço de Baturité
- FMB, 2022.

20f.

TCC (Pedagogia) – Faculdade do Maciço de Baturité - FMB:
Baturité, 2023.

Orientador(a): Esp. Raênia Suele Araújo de Lima

1 TEA. 2 Inclusão escolar. 3 Política. Direitos.

AGRADECIMENTO

A Deus, por minha vida e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Ao meu filho, que compreendeu a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

As minhas amigas, Ceiça, vitória e Franciany, que estavam juntas comigo nos momentos difíceis do nosso curso.

Aos meus tutores e orientadores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TEA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Raniere Lima do Nascimento¹, Raênia Suele Araújo de Lima²

RESUMO

O referido trabalho tem como tema: A inclusão escolar de crianças com Autismo na educação básica. Tem como objetivo geral: analisar o processo de inclusão escolar do educando com TEA com base nas políticas de inclusão. E como objetivos específicos: identificar as principais características do TEA; identificar o que traz a política nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; identificar o que a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva fala sobre inclusão escolar; identificar as possibilidades e desafios sobre a inclusão escolar do aluno com TEA. O presente texto é fruto de uma pesquisa de caráter bibliográfico. Tem como base teórica as referências: Camargo e Bosa (2009), Gaiato (2018), Gaiato e Teixeira (2018), dentre outros. Os mostram que o TEA passou por várias definições conceituais ao longo da história, atualmente sua definição está ligada ao comprometimento na comunicação e interação social. A política nacional de proteção dos direitos da pessoa com TEA dá as pessoas autistas os mesmos direitos concedidos as pessoas com deficiência. Os dados mostram ainda que política nacional e educação especial na perspectiva da educação inclusiva serve como norte para os sistemas educacionais brasileiros. Por último, os espaços escolares podem contribuir positivamente para o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos autistas, mas, para isso é preciso que professores e escola como um todo compreendam o que é TEA e ofereçam metodologias apropriadas para as demandas desse público. Dessa forma, conclui-se que o TEA tem sua definição conceitual relativa a um transtorno do neurodesenvolvimento, que afeta a socialização e a comunicação. Também que as leis garantem alguns direitos, mas ainda há muito o que ser feito para a efetivação da inclusão do aluno com TEA na educação básica.

Palavras-chave: TEA. Inclusão escolar. Política. Direitos.

ABSTRACT

This work has as its theme: The school inclusion of children with Autism in basic education Its general objective is: to analyze the process of school inclusion of students with ASD based on inclusion policies. And as specific objectives: to identify the main characteristics of TEA; identify what the national policy for the Protection of the Rights of People with Autism Spectrum Disorder brings to identify what the national policy for special education from the perspective of inclusive education says about school inclusion, identify the possibilities and challenges regarding the school inclusion of students with ASD This text is the result of a bibliographic research. Its theoretical basis is the references: Camargo e Bosa (2009), Gaiato (2018), Gaiato e Teixeira (2018), among others. The show that ASD has gone through several conceptual definitions throughout history, currently its definition is linked to the commitment in communication and serial interaction. The national policy to protect the rights of people with ASD gives people with autism the same rights as people with disabilities. The data also show that national policy and special education from the perspective of inclusive education serves as a guide for Brazilian educational systems. Finally, school spaces can contribute positively to the learning and development process of autistic students, but for this it is necessary that teachers and the school as a whole understand what ASD is and offer appropriate methodologies for the demands of this public. Thus, it is concluded that ASD has its conceptual

¹ Graduanda em Pedagogia. ranylima207@gmail.com.

² Orientadora. Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional e Educação Especial Inclusiva. Faculdade Maciço de Baturité - FMB. ra.suele@hotmail.com.

definition related to a neurodevelopmental disorder, which affects socialization and communication. Also, the laws guarantee some rights, but there is still much to be done to effectively include students with ASD in basic education.

Keywords: ASD. School inclusion. Policy. Rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 REVISÃO DE LITERATURA	10
2 METODOLOGIA	12
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
3.1 Transtorno do Espectro Autista: definição conceitual	13
3.2 O que traz a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista	14
3.3 O que a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva fala sobre inclusão escolar	16
3.4 A inclusão escolar do aluno com TEA: possibilidades e desafios	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
5 REFERÊNCIAS	19

INTRODUÇÃO

Inclusão escolar diz respeito a ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino. Onde todos possam aprender e se desenvolver juntos, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação. A inclusão escolar prevê a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais - NEE em classes de aulas regulares, onde possam compartilhar as mesmas experiências e aprendizados com os estudantes que não apresentam NEE, por exemplo.

Para ofertar uma educação inclusiva, de fato, as escolas precisam estar preparadas para dar o suporte necessário para esses alunos, atendendo as suas necessidades, seja na infraestrutura da instituição (rampas, sinalização, elevadores, etc) e, principalmente, na capacitação dos profissionais de ensino para este tipo de acompanhamento. É função do educador estar preparado para educar os mais diferentes tipos de pessoas, e ser capaz de educar de acordo com as necessidades e potencialidades dos educandos.

Entre as pessoas que são consideradas em condição de pessoa com deficiência, estão as pessoas que tem TEA. O Autismo ou Transtorno do Espectro Autista - TEA, como é mais conhecido hoje em dia, diz respeito a um transtorno relacionado ao neurodesenvolvimento.

As pessoas que estão no espectro autista, apresentam características referentes a comprometimentos e/ou atraso na comunicação e interação social, podendo também apresentar comportamentos restritivos e repetitivo.

Nesse sentido, para a oferta de uma educação inclusiva, faz-se necessário a sensibilização sobre o TEA. Pois, entende-se que o acesso à informação contribui para que professores e familiares de crianças com TEA possam conhecer melhor as características do transtorno e como lidar com ele.

É preciso ressaltar que a inclusão escolar da criança com autismo é um direito garantido pela lei. Nesse sentido, a inclusão do aluno com TEA deve estar muito além da sua presença na sala de aula, deve oferecer meios para estimular a aprendizagem e o seu desenvolvimento das habilidades e potenciais, superando as dificuldades.

O interesse pelo tema do presente trabalho, surgiu durante a formação inicial, de experiências que teve-se na área da inclusão, pois o curso de pedagogia contempla as disciplinas de educação especial e inclusão, o que fez com houvesse identificação com a área. Além disso, o tema autismo, inclusão escolar faz parte do dia a dia da autora deste TCC, como mãe de uma criança com autismo, o que instigou a pesquisar sobre esta temática.

Dessa maneira, acredita-se que estudar o autismo e a inclusão contribui para ampliar o conhecimento na área e com formação de profissionais da educação básica na perspectiva da inclusão escolar.

Diante do exposto até aqui, escolheu-se como problemática um questionamento que inquieta: como ocorre a inclusão escolar do estudante com Autismo na educação básica?

Para dar conta de tal questionamento, tem como objetivo geral: analisar o processo de inclusão escolar do educando com TEA com base nas políticas de inclusão. E como objetivos específicos: identificar as principais características do TEA; identificar o que traz a política nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; identificar o que a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva fala sobre inclusão escolar; identificar as possibilidades e desafios sobre a inclusão escolar do aluno com TEA.

O presente texto é fruto de uma pesquisa de caráter bibliográfico. Tem como base teórica os referenciais: Camargo e Bosa (2009), Gaiato (2018), Gaiato e Teixeira (2018), entre outros.

1 REVISÃO DE LITERATURA

A Declaração de Salamanca é Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados (BRASIL, 1997, p.17-18).

Nesse sentido, de acordo com a citação acima, as instituições educacionais devem acolher todas as crianças, independente da condição que apresente. Dessa forma, deve acolher crianças super dotadas, crianças com deficiências, nômades, etc.

A declaração de Salamanca serviu de base para a construção de políticas públicas de vários países, entre eles o Brasil, que elaborou a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), que pontua que

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2008, p. 1).

As orientações da referida política servem para todas as etapas do ensino formal brasileiro, inclusive a educação básica. Esta contempla a educação infantil (crianças de zero a cinco anos de idade), ensino fundamental, que é dividido em anos iniciais (do primeiro ao quinto ano) e anos finais (do sexto ao nono ano), e o ensino médio.

Quanto a oferta da educação especial nas escolas regulares, a LDB ainda evidencia que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Declara que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades educacionais especiais;

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns [...] (BRASIL, 1996, p. 21).

O documento citado acima, afirma que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com deficiência, currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para atender suas necessidades. Devem ainda ter professores com especialização adequada. Nessa perspectiva, o referido documento lista ainda que os sistemas de ensino devem garantir

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 21).

Dessa forma, com base na citação acima, entende-se que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com deficiência acesso igualitário aos benefícios e programas sociais; educação especial para o trabalho, com vistas a integração na sociedade, entre outros.

2 METODOLOGIA

A pesquisa que deu origem ao presente texto, teve início com a escolha do tema. Depois, houve a primeira reunião com a orientadora, na ocasião, apresentou-se o tema escolhido e com base neste, orientações quanto a pesquisa. Em demais reuniões, houve a definição dos objetivos da pesquisa, o planejamento referente as etapas de desenvolvimento, assim como a escolha da metodologia. Em virtude da disponibilidade de tempo para escrever no prazo estabelecido para a entrega final do TCC, optou-se pela pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

Diante da definição acima, entende-se que a base de pesquisa da pesquisa bibliográfica é constituída principalmente por material já elaborado, como livros, artigos, entre outros. Por suas características, a pesquisa bibliográfica faz parte de praticamente todos os demais tipos de pesquisa.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002, p. 45).

Gil aponta que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica diz respeito a sua capacidade de abrangência, que em muito supera alguns tipos de pesquisa realizadas diretamente.

Após a definição da metodologia, fez-se uma pesquisa sobre a literatura disponível, selecionando a que mais próxima estava dos objetivos da investigação. Depois, realizou-se a leitura de forma organizada, ao mesmo tempo que desenvolvia a escrita do presente Trabalho de Conclusão de Curso. Tem como base teórica os referenciais: Camargo e Bosa (2009), Gaiato (2018), Gaiato e Teixeira (2018), entre outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Transtorno do Espectro Autista: definição conceitual

Ao longo da história a definição de Autismo passou por várias mudanças, que na maioria das vezes ocorreu em virtude da construção de novos conhecimentos sobre o assunto.

Segundo Gaiato e Teixeira (2018), atualmente, é possível

[...] definir autismo ou transtorno do espectro autista como uma condição comportamental em que a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento e interação social, dificuldades na comunicação, por exemplo, na aquisição de linguagem verbal e não verbal; alterações na cognição e presença de comportamentos repetitivos ou estereotipados. É importante entender que existe um atraso significativo nos marcos de desenvolvimento dessas habilidades, e essas características aparecem nos primeiros anos de vida da criança (GAIATO, TEIXEIRA, 2018, p. 13).

Os autores citados acima apontam que a definição de TEA consiste em uma condição comportamental, referente a prejuízos nas interações sociais e na comunicação. Além da presença de um atraso significativo em relação aos marcos do desenvolvimento.

Atualmente, o Transtorno do Espectro Autista é dividido em três níveis, de acordo com a necessidade de ajuda que a pessoa autista precisa. Quem está no nível 1 do TEA

[...] têm os sintomas de TEA, mas precisam de pouco auxílio, pouca intervenção terapêutica para realizar as atividades da vida, pois conseguem aprender e usar os recursos das orientações que recebem na maioria das vezes. As pessoas que estão nesse nível, muitas vezes, falam, mas têm dificuldade em iniciar e manter uma interação com as outras pessoas. Podem apresentar pouco interesse em fazer isso, e seus interesses restritos e padrões repetitivos de comportamento podem atrapalhar essas relações. Precisam de pouco tratamento para serem funcionais na vida. Apresentam dificuldade em flexibilidade mental e mudanças de rotina (GAIATO, 2018, p. 46).

A partir do que Gaiato aponta, é possível observar que as pessoas que estão no nível 1 do TEA apresentam pouca necessidade de ajuda.

Referente ao nível 2, os “[...] comportamentos restritos e repetitivos são óbvios para as outras pessoas e interferem no seu contato social em diversos contextos. Não gostam de ser interrompidos nos seus rituais e costumam ficar alterados quando isso ocorre” (GAIATO, 2018, p. 47). Estas características demandam uma maior necessidade de ajuda.

No que refere-se ao nível 3 Gaiato (2018) ressalta que as pessoas que estão neste nível precisam de apoio intenso “Têm déficit intenso em comunicação verbal e não-verbal, e a

interação com os outros é muito limitada e difícil de ocorrer. Os comportamentos restritos e repetitivos interferem em todos os contextos de sua vida, mesmo recebendo muito tratamento” (GAIATO, 2018, p. 48). A demanda por ajuda, é bem maior neste nível do Transtorno do Espectro Autista.

Quanto a escola, Gaiato e Teixeira, (2018, p. 101-102) afirmam que os principais sintomas do Transtorno do Espectro Autista que a criança demonstra na escola são:

- . Evita contato visual com a professora.
- . Parece “ignorar” os comandos individuais e coletivos.
- . Não aponta para mostrar o que quer, tenta pegar sozinha [...]
- . Sai da roda. Parece não compreender o contexto como os outros alunos.
- . Faz movimentos repetitivos com as mãos ou com os objetos [...]
- . Não imita gestos e expressões faciais dos professores ou dos coleguinhas, principalmente nas coreografias de músicas e nas histórias.
- . Brinca pouco com outras crianças.
- . Não se interessa por jogos ou brincadeiras em grupo.
- . Não pede ajuda [...]
- . Apresenta resistência a aprender ou realizar atividades.

Saber estas características é importante para que o professor possa perceber quando a criança apresenta sinais de TEA e poder orientar a família a buscar ajuda médica. Também contribui para que o educador possa reorganizar sua prática pedagógica com vistas a suprir as necessidades educacionais deste aluno, partindo das suas potencialidades e considerando as suas necessidades.

3.2 O que traz a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista

A Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, institui, no Brasil, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

- I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012, p. 1).

A citação acima descreve as características do TEA e assegura que as pessoas com TEA tem os mesmos direitos concedidos as pessoas com deficiência.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é um importante marco histórico na luta pela garantia de direitos desse público. A referida lei aponta como diretrizes:

- I - A intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
- II - A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- III - A atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;
- V - O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) [...] (BRASIL, 2012, p. 3).

A supramencionada lei apresenta os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, são eles: O direito a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas a ação integral às suas necessidades de saúde, incluindo o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada, os medicamentos, as informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.

A lei garante ainda o acesso à educação e ao ensino profissionalizante; à moradia, inclusive a residência protegida; ao mercado de trabalho; a previdência social e a assistência social. Além disso, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, enfatiza que:

A informação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento

sócio cognitivo dos estudantes com Transtorno do aspecto autista (BRASIL, 2013, p. 1).

É importante destacar os avanços ocorridos no que se refere aos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, especialmente nos aspectos legais. Em relação a educação inclusiva, mesmo com as conquistas obtidas ao longo dos anos, ainda há muitos impasses a serem vencidos. É preciso que haja uma inclusão em sua integralidade, com equidade e garantia da permanência desse público no contexto escola, lhes sendo assegurado ações que propiciem uma educação de qualidade para todos.

3.3 O que a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva fala sobre inclusão escolar

No que refere-se a educação inclusiva, no Brasil, tem-se como grande norte a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Este documento serve como base sobre as ações educativas em torno dos sistemas educacionais.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

A Política citada acima afirma que a educação inclusiva constitui-se como um movimento mundial, que tem como ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os educandos de além de estarem juntos, aprender e participar sem que ocorra discriminação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 15).

O objetivo da política citada acima é que todos os estudantes, com e sem deficiência, possam ter acesso, participação e aprendizagem nas escolas.

3.4 A inclusão escolar do aluno com TEA: possibilidades e desafios

Sobre a inclusão escolar da criança com TEA, além da garantia de acesso e permanência na escola, é preciso que os professores utilizem metodologias que oportunizem o desenvolvimento e aprendizado do aluno.

Nesse sentido é importante que a criança autista interaja com outras crianças pois, de acordo com Camargo e Bosa (2009, p. 67), “[...] para ultrapassar os déficits sociais dessas crianças é preciso possibilitar o alargamento progressivo das experiências socializadoras, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e comportamentos”.

Como já apresentado neste trabalho, as pessoas com TEA podem apresentar dificuldades na comunicação e na interação social. Dessa forma, o ambiente escolar é um ótimo espaço para proporcionar oportunidade da criança pode desenvolver habilidades referentes a socialização e a comunicação. Porém, as autoras citada acima alertam que:

Quando não há ambiente apropriado e condições, adequadas a inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo para todos as crianças. Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive (CAMARGO, BOSA, 2009, p. 70).

Nesse sentido, é possível compreender que apenas o acesso e a permanência a escola não constitui de fato a inclusão. É preciso a oferta de oportunidades que possa dar conta das demandas dos alunos com TEA.

Diante deste contexto, a inclusão de um aluno com TEA implica na necessidade de o professor conhecer e construir primeiramente um vínculo com seus alunos, bem como entender a relação entre eles, para então possibilitar a elaboração de estratégias de ensino em benefício da aprendizagem da turma. Estratégias essas que devem estimular essencialmente a participação e a interação mútua dos alunos (Favoretto, Lamônica, 2014, p. 103-116).

A partir da citação acima, é possível entender que faz-se necessário que o professor conheça o aluno com TEA, para poder entender as suas potencialidades e necessidades, e a partir destas elaborar estratégias que possam melhor suprir as necessidades dos aluno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados e discutidos neste trabalho são fruto de uma pesquisa bibliográfica. Buscou-se discutir a inclusão da pessoa autista na educação básica, a partir das políticas de inclusão. Os dados apontam que o Transtorno do Espectro Autista - TEA, passou por várias definições conceituais ao longo da história. Atualmente, o referido transtorno é definido a partir do comprometimento em relação a socialização e a comunicação.

Foi possível identificar que a política nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista concebe a pessoa autista como pessoa com deficiência, e lhes garante os mesmos direitos conferidos a estas. Já a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, trás orientações para os sistemas de ensino em termos de como deve ser sua organização para a efetivação da educação inclusiva.

Sobre a inclusão escolar da criança com TEA, os dados mostram que a escola é um espaço, que sem bem estruturado, pode ofertar ótimas oportunidades de desenvolvimento e aprendizado ao aluno com TEA. Para isso, é importante que o professor esteja preparado para atuar com as pessoas autistas.

Essa pesquisa é de uma relevância incontestável, pois aborda um tema atemporal. Falar sobre inclusão escolar é mais que necessário. Ao se reportar a inclusão de crianças autistas, é ainda mais pertinente.

Assim sendo, essa pesquisa tem um caráter informativo elevado, informações para as famílias ao abordar questões sobre a garantia de direitos desse público, para a escola, no que se refere a apropriação dos processos de inclusão e suas materializações e para os professores, no que se relação a necessidade do conhecimento aprofundado sobre o TEA e suas manifestações.

A referida pesquisa ainda dispõe de um atributo de alta qualidade e isso é muito importante para informar a sociedade sobre a inclusão escolar, seus desafios e potencialidades, orientar ainda sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) suas características e manifestações.

O acesso a informação é fundamental para garantir que os sujeitos tenham consciência de seus direitos e se sintam empoderados para reivindicá-los.

Essa pesquisa apresenta como limitação, a ausência de uma pesquisa de campo, a fim de apresentar dados qualitativos e quantitativos a respeito do processo de inclusão escolar das crianças na educação básica.

Recomenda-se que para enriquecimento desse tema, possa se realizar entrevistas com a família das crianças autistas, com gestores escolares, para abordagem das limitações e possibilidades da inclusão escolar e com os professores (regulares e auxiliares), acerca das experiências vivenciadas no cotidiano de sala de aula com estudantes com TEA.

5 REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm >. Acesso em: 25 ago. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Publicado no Diário Oficial da União (DOU), Brasília- DF, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. MEC: SEESP, 2008.

_____. Nota técnica nº 24/MEC/SECADI/DPEE. **Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012**. Brasília - DF, 2013.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, p. 67-70. 2009.

FAVORETTO, N. C.; LAMÔNICA, D. A. C. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, nº 20, p. 103-116, 2014.

GAIATO, M. **S.O.S Autismo**: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. 2. ed. São Paulo: nVersos, 2018.

GAIATO, M.; TEIXEIRA, G.. **O rezinho autista**: guia para lidar com comportamentos difíceis. 2. ed. São Paulo: nVersos, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACIEL, M. M.; GARCIA F. A. P. Atendimento educacional específico: autismo – uma abordagem tamanho família. In: DÍAZ, F. (Org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.